

SEU DINHEIRO DÁ-LHE, ITAMAR!

Jorge J. Okubaro

Parte dos congressistas deve ter voltado para suas casas na quinta-feira com um gosto de vitória na boca. "A-rá! Agora, o governo sabe com quem está lidando", devem ter pensado alguns desses parlamentares, comemorando o fato de que, por falta de quórum — isto é, por não haver em plenário o número mínimo de deputados —, não foram votadas algumas medidas provisórias que compunham o programa de ajuste do governo.

Por causa disso, neste ano, o governo não terá a receita que esperava conseguir com algumas das medidas provisórias que não foram votadas na quinta-feira. Isso porque as medidas provisórias que resultavam em aumento de impostos, mesmo que reeditadas, só poderão vigorar no próximo ano, por causa do princípio de anterioridade (segundo o qual determinadas alterações do sistema tributário só podem vigorar no exercício seguinte àquele em que forem aprovadas).

Meia vitória

Mas foi, na verdade, uma meia vitória, uma espécie de meia justiça tributária, ou uma meia desfeita que o Congresso fez ao governo. Na véspera, esse mesmo Congresso tinha aprovado quatro importantes medidas provisórias que também implicavam aumento de impostos, sobretudo para os contribuintes pessoas físicas (as que seriam votadas na quinta-feira afetavam apenas as empresas). O que o Congresso deu com

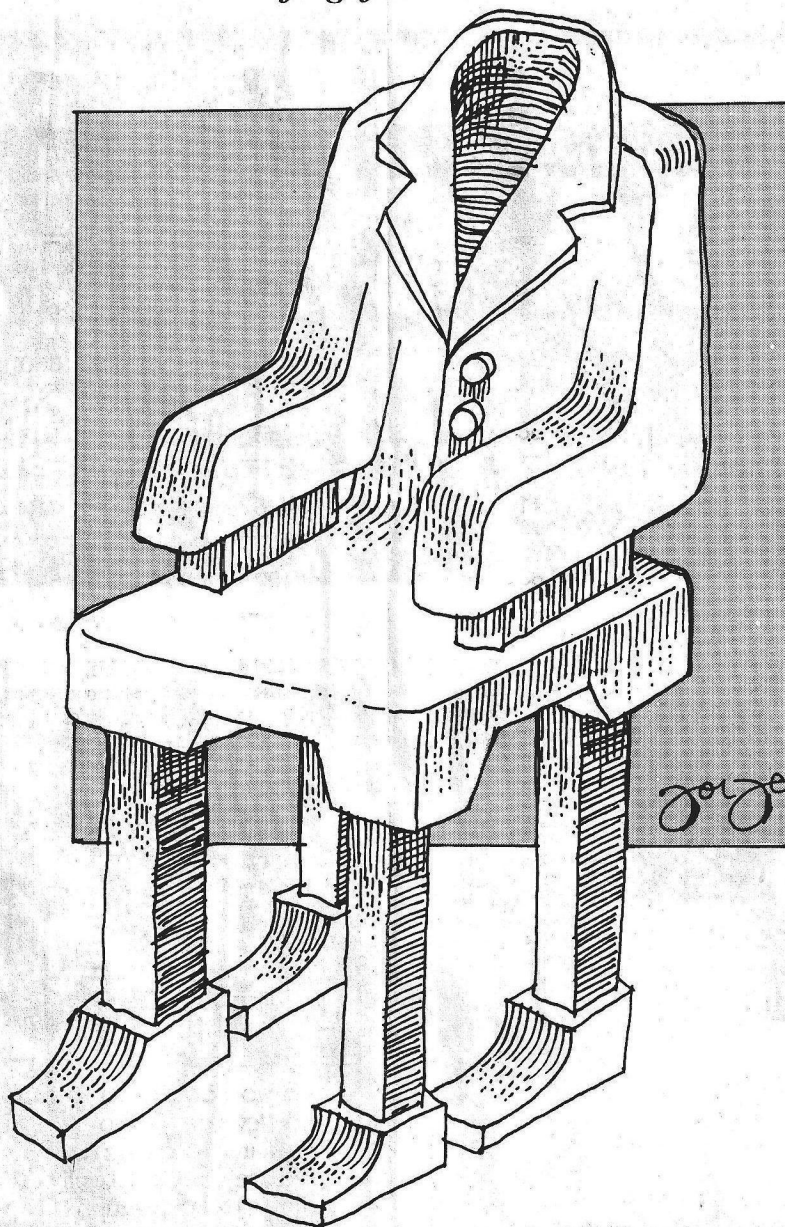
uma mão na quarta-feira, negou com outra na quinta.

Isso deixou muito irritado o presidente Itamar Franco, que — alvissaras! — resolveu agir como presidente da República. Mandou uma carta aos presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, cobrando-lhes empenho na busca de alternativas às medidas provisórias que não foram votadas. A governabilidade é tarefa de todos, argumentou Itamar.

É verdade. Ao contrário do que o comportamento de muitos parlamentares dá a entender, a tarefa de governar não é apenas do Executivo; a responsabilidade do Legislativo é grande. "Cabe ao Congresso Nacional (...) dispor sobre todas as matérias de competência da União, especialmente sobre: I — sistema tributário, arrecadação e distribuição de rendas; II — plano plurianual, diretrizes orçamentárias, orçamento anual, operações de crédito, dívida pública e emissões de curso forçado (...)", diz a Constituição no Art. 48 (e incisos).

Para os que apressadamente comemoraram a derrota do governo e esperavam o Carnaval chegar, para só depois da quarta-feira de Cinzas pensar em voltar a trabalhar, o castigo vem a cavalo, ou melhor, a bordo do Regimento Interno.

O presidente da Câmara, deputado Inocêncio Oliveira, anuncia que a partir de hoje haverá sessões ordinárias de segunda a sexta-feira, e não apenas duas ou três vezes por semana. De olho no Regimento In-



terno, ele lembra que quem faltar a mais de dois terços das sessões corre o risco de perder o mandato. Finalmente, a semana de cinco dias chega também a Brasília, embora fazendo a trajetória inversa daquela percorrida pelos trabalhadores do mundo inteiro (para estes, a semana de cinco dias foi uma vitória, pois resultou em redução da jornada semanal; para nossos parlamentares, caso a idéia de Inocêncio vingue na prática, será uma punição, pois eles costumam ficar no máximo três ou quatro dias por semana em Brasília).

Para nossos congressistas, também ao contrário do que ocorre com um grande número de chefes de família em todo o Brasil, trabalho não falta. Eles têm pela frente o processo de cassação dos parlamentares acusados pela CPI do Orçamento, a revisão constitucional que na prática nem começou, a votação do Orçamento para este ano e a apreciação da chamada emenda de ajuste, a emenda constitucional que cria o Fundo Social de Emergência, considerada básica para o combate ao déficit público neste ano e em 1995.

Mixaria

O ministro Fernando Henrique já quer começar a trabalhar duro com os parlamentares amanhã mesmo. Ele quer reunir-se com as lideranças partidárias para discutir meios capazes de cobrir os US\$ 400 milhões que, na conta do governo, ficaram faltando para o equilíbrio das finanças da União neste ano por culpa

do Congresso.

Está-se fazendo um tremendo cavalo de batalha pela decisão — ou, mais precisamente, pela não-decisão — do Congresso, por causa de sua inspiração e de seus reflexos de natureza política, pois tal comportamento está sendo interpretado como uma tentativa, patrocinada por forças comprometidas com potenciais candidatos presidenciais, de desestabilizar o ministro Fernando Henrique, nome sempre citado entre os primeiros em condições de disputar a Presidência da República com o candidato petista Luiz Inácio Lula da Silva.

Do ponto de vista econômico, o comportamento do Congresso não coloca em risco o programa de ajuste. Os US\$ 400 milhões que faltam representam muito dinheiro mesmo para uma megaempresa brasileira. Mas é uma mixaria — desculpe o leitor o aparente cinismo da afirmação — para o governo, que já chegou a falar num déficit de US\$ 26 bilhões neste ano (US\$ 400 milhões correspondem a apenas 1,5% disso).

Fica, porém, o fato de que, mantida a situação atual, caracteriza-se o tratamento desigual que está sendo dado aos contribuintes pessoas físicas, que vão pagar mais Imposto de Renda, e às empresas, que escaparam da garfada. Um meio de corrigir isso é o presidente Itamar Franco vetar o aumento para as pessoas físicas. E tem gente dentro do governo já admitindo isso. Esperemos que assim seja feito.